

foi autorizada a mobilidade, na modalidade intercarreiras, de Paula Alexandra da Fonseca Francisco Neves, detentora de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, pertencente à Carreira e Categoria de Assistente Operacional, do mapa residual da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, para exercer funções na Carreira e Categoria de Assistente Técnico, na Divisão de História e Cultura da Guarda — Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana, pelo período de 18 meses, fixado no n.º 1, do artigo 97.º, da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP), publicada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a 1 de janeiro de 2017.

Nos termos do n.º 2 e 3, do artigo 153.º, da LTFP, o trabalhador em situação de mobilidade na modalidade intercarreiras, nunca pode auferir uma remuneração inferior à que corresponde à categoria de que é titular, sendo que, nos termos do n.º 3, do artigo 153.º, da LTFP, a trabalhadora, Paula Alexandra da Fonseca Francisco Neves, passará a auferir pela terceira (3.ª) posição remuneratória, nível remuneratório oito (8), da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, da Carreira e Categoria de Assistente Técnico.

2 de março de 2017. — O Comandante do Comando da Administração de Recursos Internos, *Carlos Alberto Baía Afonso*, Major-General.
310355253

Polícia de Segurança Pública

Direção Nacional

Despacho (extrato) n.º 5969/2017

Por Despacho de Suas Exas. o Ministro das Finanças e Ministra da Administração Interna, n.º 14841/2016, publicado no *Diário da República* n.º 235, de 09 de dezembro de 2016, foi autorizada a abertura de procedimento concursal para o preenchimento de 32 postos de trabalho para a categoria de subintendente, do mapa de pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública.

Decorridos os prazos legais e os procedimentos do referido procedimento concursal (n.º 02/2016) foi, por despacho de 09 de junho de 2017 do Diretor Nacional da PSP, Superintendente-chefe Luís Manuel Peça Farinha, homologada a lista de classificação final e ordenação dos candidatos, nos termos e para os efeitos do artigo 20.º da Portaria n.º 330-A/2016, de 20 de dezembro, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal pelo método de avaliação curricular para promoção do pessoal com funções policiais da PSP.

Os trinta e dois (32) Comissários a seguir identificados foram nomeados, ao abrigo dos artigos 72.º e 74.º do estatuto profissional do pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro, na categoria de subintendente, ficando posicionados na 1.ª posição remuneratória — Nível 36 da tabela remuneratória única/PSP, para a categoria de subintendente.

O despacho de nomeação produz efeitos remuneratórios no dia seguinte ao da sua publicação, conforme o disposto na alínea a) do n.º 8 do artigo 38.º da Lei n.º 82-A/2014, de 31 de dezembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

- 1.º - 135155 — Virgílio da Costa Saraiva de Sá
- 2.º - 148116 — Rodrigo Miguel da Costa Cavaleiro
- 3.º - 148124 — Sérgio Manuel Vaz Barata
- 4.º - 148125 — João Franca da Fonseca Pestana
- 5.º - 142297 — Luís Filipe Cardoso da Silva
- 6.º - 135177 — Jorge Manuel Mateus Soares
- 7.º - 133552 — Rui Jorge da Conceição Tomaz
- 8.º - 149304 — João Ricardo Dias de Sousa Carvalho
- 9.º - 149301 — Diogo Alexandre Costa Simões
- 10.º - 133355 — José Antunes Rolo
- 11.º - 148117 — Luís Miguel Mateus Soares
- 12.º - 145214 — Bruno Ricardo Dos Santos Mora
- 13.º - 148122 — Luís Miguel Teixeira Vieira
- 14.º - 149306 — Mário da Rocha Quintal
- 15.º - 148120 — Sofia Mónica Roque Pereira Gordinho
- 16.º - 149308 — Paula Alexandra da Conceição Cunha
- 17.º - 144596 — Carlos António Simões Rodrigues
- 18.º - 136362 — Abel Manuel da Costa Batalha
- 19.º - 148118 — Fábio Rúben Fernandes de Castro
- 20.º - 149302 — Daniel Filipe Barros Martins
- 21.º - 144306 — Margarida Isabel Simões de Oliveira
- 22.º - 149300 — Marta Isabel Fernandes Miguel
- 23.º - 149310 — José Márcio da Silva Calçada
- 24.º - 149307 — Ricardo Manuel Nogueira de Sousa
- 25.º - 149303 — Hugo Alexandre de Matos Tavares
- 26.º - 149305 — Marília José Sardinha Caldeira Sanguedo

- 27.º - 149309 — Tiago Costa Torres Gonçalves
- 28.º - 148119 — Ana Margarida Matias Leal de Jesus
- 29.º - 148121 — Nuno Miguel Alves e Silva
- 30.º - 149311 — Rui Miguel Marques Pereira
- 31.º - 148126 — César Augusto da Silva de Ponte
- 32.º - 144856 — Ana Patrícia Almada Olim

20-06-2017. — O Diretor do DRH, *Dr. Manuel João*, Técnico Superior.

310582629

JUSTIÇA

Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça

Despacho n.º 5970/2017

Considerando que, nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 123/2011, de 29 de dezembro, e dos artigos 3.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 165/2012, de 31 de julho, a Direção-Geral da Administração da Justiça é dirigida por um diretor-geral, coadjuvado por dois subdiretores-gerais, cargos de direção superior de 1.º e 2.º grau, respetivamente;

Considerando que, por despacho do Senhor Primeiro-Ministro, foi designada para exercer as funções de coordenadora do gabinete de apoio técnico da Estrutura de Missão Portugal In a licenciada Ana Vitória Chagas Cardoso de Aragão Azevedo, atualmente subdiretora-geral da Administração da Justiça, com efeitos a 1 de maio de 2017, equiparada para efeitos de designação e estatuto a chefe de gabinete de membro do Governo;

Considerando a necessidade de serem asseguradas as funções inerentes ao respetivo cargo dirigente, a partir daquela data e enquanto a titular se mantiver no exercício das funções para as quais foi designada;

Considerando que o licenciado abaixo identificado reúne os requisitos de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação legalmente exigidos, conforme é demonstrado pela síntese curricular publicada em anexo ao presente despacho, dele fazendo parte integrante;

1 — Designo, em regime de substituição, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, para o lugar de subdiretor-geral da Administração da Justiça previsto nos artigos 3.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 165/2012, de 31 de julho, o licenciado José Jorge dos Santos Brandão Pires.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de maio de 2017.

19 de junho de 2017. — A Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, *Helena Maria Mesquita Ribeiro*.

ANEXO

Dados pessoais:

Nome: José Jorge dos Santos Brandão Pires;
Data de nascimento: 18 de setembro de 1958.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito (menção de ciências jurídicas) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1977/1982).

Formação profissional:

Curso FORGEP — Formação em Gestão Pública, pelo Instituto Nacional de Administração Pública (2010);

Seminário de Alta Direção — Gestão Pública, pelo Instituto Nacional de Administração Pública (2005);

Frequência de diversas ações de formação profissional e participação em seminários nas áreas do direito, da administração pública e da gestão.

Percurso profissional:

Janeiro de 1983 a agosto de 1983: técnico superior de 2.ª classe da Direção-Geral dos Serviços Judiciais, contratado além do quadro;

Setembro de 1983 a outubro de 1987: oficial da Força Aérea, inicialmente em cumprimento de serviço militar obrigatório e, após, como militar em regime de contrato;

Novembro de 1987 a março de 1990: técnico superior de 2.ª classe do quadro de pessoal civil da Força Aérea;

Abril de 1990 a fevereiro de 1991: técnico superior de 2.ª classe do Supremo Tribunal Administrativo;

Março de 1991 a maio de 1993: chefe do Gabinete de Apoio Técnico da Direção-Geral dos Serviços Judiciários (equiparado a chefe de divisão);

Junho de 1993 a junho de 2000: diretor de serviços na Direção-Geral dos Serviços Judiciários (Direção de Serviços de Identificação Criminal, Contumazes e Objetores de Consciência);

Julho de 2000 a dezembro de 2002: subdiretor-geral da Direção-Geral da Administração da Justiça;

Janeiro de 2002 a abril de 2017: diretor de serviços na Direção-Geral da Administração da Justiça (Direção de Serviços de Identificação Criminal).

Outra atividade profissional relevante:

Designado, desde 2002 até à atualidade, como perito nacional nos grupos de peritos da Comissão Europeia referentes aos diversos projetos europeus na área do registo criminal.

Vogal da Comissão para a Instrução dos Pedidos de Indemnização às Vítimas de Crimes Violentos, em representação do Ministério da Justiça (fevereiro de 2002 a outubro de 2010).

Designado como interlocutor do Ministério da Justiça junto da Comissão Técnica do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), tendo exercido funções de membro efetivo do Grupo de Trabalho de avaliação dos serviços do Ministério da Justiça (2005/2006).

No quadro do programa de cooperação entre Portugal e Moçambique na área da Justiça foi responsável pela apresentação de um relatório com a avaliação global do funcionamento da área do registo criminal nesse país e apresentação de propostas de estratégia de desenvolvimento e de modernização do setor (2004).

Participação nos trabalhos preparatórios de diversos anteprojetos legislativos.

Membro do júri de diversos procedimentos concursais de recrutamento e seleção de pessoal.

310576992

Despacho n.º 5971/2017

Considerada a remessa ao Conselho Superior da Magistratura, nos termos do disposto no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, da lista de candidaturas a juizes sociais para as causas do Juízo de família e menores de Mafra, do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste, aprovada pela Assembleia Municipal de Mafra, em reunião de 23 de fevereiro de 2017, são nomeados, nos termos do n.º 1 do artigo 21.º, do artigo 22.º — *ex vi* do artigo 38.º — e do artigo 37.º do referido decreto-lei, os juizes sociais para as causas previstas no n.º 2 do artigo 30.º da Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2015, de 15 de janeiro (Lei Tutelar Educativa), e no artigo 115.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo), segundo a enumeração constante da lista anexa.

19 de junho de 2017. — A Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, *Helena Maria Mesquita Ribeiro*.

Lista dos cidadãos nomeados juizes sociais para as causas do Juízo de família e menores de Mafra, do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste, prevista no n.º 2 do artigo 30.º da Lei Tutelar Educativa e no artigo 115.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

Efetivos:

Andreia Filipa Fortunato Cipriano
 Maria Luísa Guimarães Roque
 Marta Madalena Couto Segura Gomes
 Patrícia Marina Branco Alves
 Sandra Isabel Ramos Santos
 Sofia Magalhães Agostinho Petulante Parente
 Teresa Isabel Dores Raposo
 Maria de Fátima Canoa Nunes Baião
 Natália Alves Rodrigues
 Alfredo Coelho de Carvalho
 José António Paulo Felgueiras
 Luís Pedro Castanheira Aguiar Amado
 Maria de Jesus Azevedo Santos Roxo Geraldo Pires
 Ana Margarida Martins Infante
 Mónica Manuela Mendes

Suplentes:

Margarida Avillez Mascarenhas Ataíde
 Susana Margarida Liso Plácido da Silva
 Ana Cristina Batalha Bernardo Gama

Maria Manuela Fernandes Carvalho
 Cremilde Duarte Correia Palhas Calceteiro
 Maria José Filipe Gomes Ferreira
 Sandra Isabel Henriques Ramos
 Walkiria Estêvão de Oliveira
 Ana Póvoa Cunha
 Miguel Nuno Matos Cintra
 Nuno Miguel Batalha Zeferino
 Ana Patrícia Tavares Duarte
 Paula Alexandra Martins Santos
 Paula Cristina Duarte Ribeiro
 Ana Luísa Vicente Sousa
 Anabela Prazeres Gomes Alves
 Artur Martins Brás
 Carla Sofia Camarate de Sousa Anastácio
 Célia Maria Ferreira Guerra Cascais
 Cristina Lucília Gonçalves Loureiro
 Edite Maria Lucas Vieira
 Maria da Conceição Tavares Estrela Paulino
 Maria Helena Ferreira Costa
 Maria Irene Calício Pedroso
 Maria Isabel Brás Gomes Malheiro
 Maria Madalena Costa Macedo Sousa Menezes
 Rita Isabel Dias Moura Soares
 Rita Margarida Pereira Mota
 Teresa Jesus Barros Esperança Santos
 Teresa Maria de São José Ribeiro Rocha

310576984

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Deliberação (extrato) n.º 616/2017

Nos termos do n.º 1 da alínea c) do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., de 27 de abril de 2017, foi renovada a comissão de serviço, do Licenciado Francisco José Ferreira da Silva, conservador da Conservatória do Registo Civil de Lisboa, como Coordenador do Setor de Aprovisionamentos, Equipamentos e Tecnologias da Informação e das Comunicações (cargo de direção intermédia de 2.º grau), com efeitos a 06.05.2017, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, por último alterada pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, podendo exercer a opção prevista no n.º 3 do artigo 31.º da mesma Lei. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

18 de maio de 2017. — O Presidente do Conselho Diretivo, *José Ascenso Nunes da Maia*.

310576473

Deliberação (extrato) n.º 617/2017

Nos termos do n.º 1 da alínea c) do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., de 27 de abril de 2017, foi renovada a comissão de serviço, do Licenciado Mário Manuel Colaço da Silva, técnico superior do mapa de pessoal do IRN, I. P., como Coordenador do Setor de Obras Infraestruturas (cargo de direção intermédia de 2.º grau), com efeitos a 06.05.2017, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, por último alterada pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

1 de junho de 2017. — O Presidente do Conselho Diretivo, *José Ascenso Nunes da Maia*.

310576513

Deliberação (extrato) n.º 618/2017

Nos termos do n.º 1 da alínea c) do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., de 23 de fevereiro de 2017, foi nomeada, em regime de substituição, a Licenciada Alda Maria de Jesus Azevedo, conservadora auxiliar da Conservatória do Registo Nacional de Pessoas Coletivas, no cargo de Diretor do Departamento de Gestão e Apoio Técnico-Jurídico aos Serviços de Registo (cargo de direção intermédia de 1.º grau), com efeitos a 01.03.2017, nos termos do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, por último alterada pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, podendo exercer a opção prevista no n.º 3 do artigo 31.º da citada Lei, e cessando consequentemente, a